



MARINHA DO BRASIL

# TRAJETÓRIA DAS MULHERES



C Alte (Md) Dalva Maria Carvalho Mendes

## E assim começou a história...

**H**á 40 anos, precisamente em 7 de julho de 1980, a Marinha do Brasil (MB) criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), Lei nº 6.807, para exercer atividades técnicas, administrativas e de saúde em Organizações Militares, em terra, fruto da visão vanguardista do Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, Ministro da Marinha à época.

Portanto, em 1981, a primeira turma composta de mulheres, oriundas de todo Brasil, adentrava em suas primeiras Organizações Militares para o adestramento inicial, trazendo em suas bagagens sonhos, expectativas e apreensão. As 203 oficiais, nível superior, no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN) e as 311 praças, nível técnico, no Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia, atual Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia (CADIM).

Foi um início permeado de novidades não só para as candidatas-alunas como também para os militares que necessitaram readequar hábitos e posturas, permitindo

um aprimoramento das regras da caserna.

Não sei se foi mais difícil para nós ou para eles, pois a primeira turma apresentou-lhes uma série de peculiaridades próprias do universo feminino.

Foram muitas as situações tragicômicas, como o corte de cabelo. Nas reportagens e na propaganda as modelos usavam coque, mas a ordem era cortar. Os uniformes foram um capítulo à parte, pareciam não caber em quase nenhuma de nós, passamos horas na fila da costureira para ficarmos ao menos apresentáveis. Nossas saias brancas eram fechadas por botões frontais que, quando marchávamos, revelavam as nossas pernas, o maiô azul céu... O nosso uniforme azul, correspondente ao cinza, ia ficando mais claro a cada lavagem e em pouco tempo não havia dois uniformes com a mesma tonalidade de azul. As filas intermináveis no "orelhão" para podermos falar com a família. Algumas tinham filhos ainda bem pequenos. Dos quatro meses de adestramento, o primeiro foi em regime de internato.



Em compensação, havia um berçário que funcionava durante o dia permitindo a amamentação dos filhos lactentes (antecipando os modernos preceitos de cuidados). Ainda nos reuníamos para conversas e churrasco e tínhamos o nosso coral. Na formatura da turma Princesa Isabel cantamos nosso próprio hino *Mulheres em Armas*, todas, incluindo o pelotão de grávidas, enquanto marchávamos.

Durante esses 40 anos, muitas foram as transformações, atendendo às demandas da Marinha e ao reconhecimento da capacidade laboral das mulheres. Assim, foi-se demonstrando a necessidade de alteração da legislação existente.

O Corpo, criado como reserva não remunerada, totalizando nove anos de período probatório até a estabilidade, renovável a cada três anos, e previsão de corte de 25% do efetivo inicial a cada renovação, não possuía plano de carreira; deste modo não havia previsão de cursos. Essa situação foi alterada pela Lei nº 7.622/87, que reduziu o período probatório de nove para três anos, permitiu realizar cursos ou estágios e ascender ao posto de Capitão de Mar e Guerra. As praças continuaram a esperar nove anos pela efetivação definitiva. Mas as candidatas recrutadas, após a conclusão com aproveitamento dos cursos de formação, foram promovidas; as de nível técnico a Terceiro-Sargento e as de nível auxiliar a Cabo da Reserva da Marinha.

Em 1997, com a promulgação da Lei nº 9.519 – Reestruturação de Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha – o CAFRM foi extinto e as mulheres redistribuídas pelos Corpos já existentes. Isso permitiu uma maior uniformização de competências e o aumento da participação feminina nas atividades da MB. A partir de 1998, foi permitida a participação das mulheres em missões nos navios hidrográficos,

oceanográficos e de guerra e para integrar tripulações de helicópteros navais.

Em 2001, as mulheres fizeram o primeiro reconhecimento de terreno no Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), até então dominado exclusivamente por militares do sexo masculino, quando as primeiras mulheres foram admitidas como musicistas.

Em 2007, uma oficial do Quadro Técnico foi designada a ocupar o cargo de Subchefe da Estação Antártica Comandante Ferraz, permanecendo no continente gelado por um ano.

Em 2012, a Marinha do Brasil promoveu a primeira militar feminina a oficial-general no posto de Contra-Almirante (Médica), reafirmando o critério da isonomia entre gêneros, bem como seu pioneirismo ao promover uma mulher ao generalato.

Em 2014, a primeira turma de Aspirantes femininas da Escola Naval pisou o solo sagrado de Villegagnon. Formadas em 2017 e declaradas Guardas-Marinha, embarcaram no Navio-Escola *Brasil*, onde realizaram a viagem de instrução. Após o regresso foram nomeadas oficiais no posto de 2º Tenente e designadas para diversas Organizações Militares da MB em território nacional.

Nos anos de 2015 e 2016, respectivamente, tomaram sua primeira cabeça de praia com a admissão no Curso de Formação de Oficiais Auxiliares e no Curso de Especialização em Guerra Anfíbia / Estágio de Guerra Anfíbia, formando a primeira mulher combatente anfíbia do Brasil. Ela integra o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), e foi, em 2017, a primeira mulher combatente do CFN e das Forças Armadas brasileiras a integrar uma tropa em missão de paz.

A Lei nº 13.541, de 18 de dezembro de 2017, alterou a Lei nº 9.519/1997 e gerou a abertura total às mulheres para exercerem cargos que eram exclusivos





do sexo masculino, passando a ingressar nos Corpos da Armada (CA) e de Fuzileiros Navais (CFN), a partir da Escola Naval, além de fazerem parte do Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). As praças femininas podem fazer parte do Corpo de Praças da Armada, o que permitirá o embarque em meios do Setor Operativo.

Em 2018 não foi diferente, as mulheres continuaram ganhando seu espaço e, atendendo aos critérios da meritocracia, tivemos as primeiras militares da MB a participar de uma missão de paz na área de Abyeí, no Sudão do Sul; a assumir a chefia do destacamento do Posto Oceânico da Ilha da Trindade (POIT); a assumir uma função no Departamento de Operações de Manutenção da Paz da ONU (DOMP), em Nova York; promoção da segunda mulher a Oficial General, com grau de Contra-Almirante, sendo desta vez uma Engenheira, exercendo o cargo de Diretora de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha.

Atualmente, reafirmando a mentalidade de igualdade de oportunidades, bem como a meritocracia, temos várias mulheres ocupando cargo de direção, das quais podemos citar o Hospital Central da Marinha, Hospital Naval de Belém, Hospital Naval de Ladário, Hospital Naval de Salvador, Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro, Policlínica Naval de Rio Grande, Policlínica Naval de Niterói e Policlínica Naval de Campo Grande.

Ao longo dos anos, ao acompanhar a evolução da sociedade, bem como visando atender aos princípios da isonomia, a Marinha do Brasil envida esforços para oferecer condições e critérios iguais a ambos os gêneros, adotando a capacitação profissional e a meritocracia nas mais diversas áreas de atuação inerentes à Administração Naval.

As mulheres, por sua vez, diante dos desafios que lhe foram impostos, têm demonstrado firmeza, segurança

e responsabilidade, sendo responsáveis por uma nova dimensão profissional experimentada pelas diversas Organizações Militares; e com isso, conquistaram e continuam conquistando posições de prestígio, contribuindo, de forma inequívoca, para o cumprimento dos objetivos da nossa Instituição, deixando um legado de suma importância para as gerações futuras.

Hoje, militares femininas podem alcançar altas patentes, exercer cargos de chefia e concorrer com os homens, em igualdade de condições a funções de destaque, como comissões permanentes no exterior, operações de paz da ONU, Antártica, acesso a promoções, condecorações e cursos (pós-graduação): tudo fruto do empreendimento pioneiro nas Forças Armadas brasileiras com o ingresso da mulher na carreira militar-naval que, de certa forma, abriu novas perspectivas profissionais para esse segmento da população, e que vem se mostrando, ao longo do tempo, de grande valor para a Marinha do Brasil e para a sociedade, haja vista que não há limites além dos legais que possam inviabilizar um sonho.

Ademais, o pioneirismo se reveste de características inerentes como: grandes expectativas, cobranças, ideais a serem alcançados e a representatividade de uma classe, onde se requer dedicação e muita das vezes abdicção, pois entre a glória e o fracasso há uma linha tênue, certo de que os pioneiros, em qualquer área de atuação, impulsionam a história.

Assim, agradeço às colegas da primeira turma de oficiais, a turma Princesa Isabel, as quais reverencio. Relembro todas as "01", que foram muitas, cada uma com suas características, trazendo inovações e imprimindo em cada uma de nós, autênticas guerreiras, o amor incondicional ao nosso país e a nossa querida Marinha. ■